





**ATA NÚMERO DOIS (MANDATO DE 2021-2025) DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO
DE 2021:** _____

_____ Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Cilene Gomes Lindinho, secretariada, respetivamente, por Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, servindo de Primeira Secretária e Tiago André Pereira Afonso servindo de Segundo Secretário. _____

_____ **VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** _____

_____ Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a reunião, eram precisamente vinte horas e quinze minutos. _____

_____ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal Sérgio Correia Costa Rodrigues, Vasco Jorge Matias Antunes de Almeida e Casimiro Alves Martins Loureiro, tendo sido substituídos, nesta sessão, por António Manuel Almeida Figueiredo, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques, tendo a Presidente da Assembleia Municipal desejado bom trabalho a quem estava na Assembleia Municipal pela primeira vez. _____

_____ A Assembleia Municipal estava assim constituída por: Cilene Gomes Lindinho, António Manuel Vicente Marques, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Paula Maria Correia Soares, António Manuel Almeida Figueiredo, António Jorge Ribeiro de

Figueiredo, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. _____

_____ **REGISTO DAS PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.** _____

_____ Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo. _____

_____ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, iniciou a sua intervenção, apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, ao público presente e a todos os que estavam a seguir os trabalhos através do portal do Município. _____

_____ Prosseguiu a sua intervenção referindo que, de acordo com o expediente rececionado, tinha sido elaborada a ordem do dia, a seguir transcrita, cuja documentação de apoio foi previamente disponibilizada: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ 2. **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** _____

_____ REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 3. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E _____



DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____4. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**_____

_____4.1. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**_____

_____GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO._____

_____4.2. **MAPA DE PESSOAL**_____

_____MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO._____

_____4.3. **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**_____

_____FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO._____

_____4.4. **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS**_____

_____PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO._____

_____4.5. **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**_____

_____FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO._____

_____4.6. **ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO**_____

_____4.6.1. EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO._____

_____4.6.2. ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO (2022-2023), REFERENTES À TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA A AINTAR - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DE CARREGAL DO SAL, SANTA COMBA DÃO, TÁBUA E TONDELA, NO ÂMBITO DE CONCURSO POSEUR

12-2017-15. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E RATIFICAÇÃO.

4.7. ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS

ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

4.8. ORUS – OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA SIMPLES

OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA SIMPLES DE CABANAS DE VIRIATO, OLIVEIRA DO CONDE, BEIJÓS, FIAIS DA TELHA, PAPÍZIOS E PARADA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

4.9. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO. AÇÃO SOCIAL. PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS A PARTIR DE 1 DE ABRIL DE 2022. ANÁLISE E RATIFICAÇÃO.

4.10. OBRAS OU REPARAÇÕES POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DE OBRAS OU REPARAÇÕES DE VALOR ATÉ €300 000,00 – D.L. N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

4.11. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

5. PROVIDOR DO MUNÍCIPE

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ELEIÇÃO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE – ARTIGO 18.º DO RESPECTIVO REGULAMENTO.

6. REPRESENTAÇÕES

6.1. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA





DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO. _____

_____6.2. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA. _____

_____6.3. COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS. ELEIÇÃO DE ATÉ DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO. _____

_____6.4. CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL. ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA. _____

_____7. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____De seguida foram tratados os assuntos a seguir descritos e tomadas as seguintes deliberações: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal informou acerca da correspondência recebida e expedida, que se encontrava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada sempre que os membros da Assembleia Municipal assim o desejassem. _____

_____ Referiu-se às respostas rececionadas sobre a moção referente à poluição da Ribeira de Travassos, em Beijós, emanadas da Casa Civil do Presidente da República e, mais recentemente, um email da APA – Agência Portuguesa de Ambiente em que era informada que, com a entrada em funcionamento da nova ETAR de Nelas 3, que dispõe de um sistema de tratamento específico e mais avançado que permite um tratamento das águas mais avançado e integra sistema de desinfeção das águas é garantida uma melhoria da qualidade das águas residuais tratadas e conseqüentemente da qualidade da água da Ribeira de Travassos. Mais esclareceu que a APA informou que a situação estava a ser monitorizada e controlada com regularidade, iria continuar a supervisionar esta situação e

atuaria em conformidade, sempre que se verificassem danos ambientais. _____

_____ Recordou as regras sanitárias a cumprir no decurso da sessão, pelo que, para além do distanciamento dos membros da Assembleia, entre intervenções, o púlpito e o microfone serão desinfetados e higienizados e quem quiser água ter-se-á de deslocar a uma máquina localizada naquele piso, no lado oposto ao Salão Nobre. _____

_____ Prosseguiu a sua intervenção para informar que tinha na sua posse duas propostas, uma referente a um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Manuel Prata de Figueiredo Freitas, apresentada pelos membros eleitos na Assembleia Municipal de Carregal do Sal e outra para atribuição do nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre dos Paços do Concelho, apresentada pelo Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, nos seguintes termos: _____

_____ **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO MANUEL PRATA DE FIGUEIREDO FREITAS.** _____

_____ **ATRIBUIÇÃO DO NOME DE ARISTIDES DE SOUSA MENDES AO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar em votação a admissão das propostas apresentadas, propondo que o Voto de Pesar pudesse ser analisado e votado no período de antes da ordem do dia e a outra proposta pudesse constituir aditamento à ordem do dia, sob o ponto sete, passando o espaço destinado à intervenção do público a ser o número oito. _____

_____ A admissão das propostas foi colocada a votação, sendo a primeira admitida por unanimidade – Voto de Pesar – cuja leitura foi realizada pela Presidente da Assembleia e que fica transcrito em ata, nos seguintes termos: _____

_____ **“VOTO DE PESAR** _____

_____ **Proposta de Voto de Pesar pelo Dr. António Freitas, dos membros eleitos na**



Assembleia Municipal de Carregal do Sal no mandato de 2021 – 2025.

Faleceu no passado dia 30 de novembro de 2021, António Manuel Prata de Figueiredo Freitas, tinha 67 anos de idade, natural e residente em Carregal do Sal. Foi um homem dedicado à causa pública e também a causas humanitárias. Um homem íntegro e de palavra, defendeu o interesse coletivo e o bem comum, dignificou as instituições por onde passou e desempenhou esses lugares com competência, honestidade, rigor e inquestionável lealdade.

Membro da Assembleia Municipal no decurso de três mandatos consecutivos, entre 1986 a 1997.

Presidiu à Mesa da Assembleia de Freguesia, durante 16 anos, desde 2005 até maio de 2021. Primeiro como Freguesia de Currelos até 2013 e depois como União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral até ao ano de 2015, na presente data com denominação de Freguesia de Carregal do Sal.

Ilustre médico do Centro de Saúde de Carregal do Sal, docente na Escola Secundária de Carregal do Sal, professor na Universidade Sénior de Carregal do Sal, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal, onde desempenhou o honroso cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante 24 anos (1192-2007 e 201/2019). Foi bombeiro voluntário durante mais de três décadas, chegando mesmo a Comandante do Corpo Ativo dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, tendo sido agraciado em 2019 com a maior distinção da Liga dos Bombeiros Portugueses o Crachá de Ouro.

Os membros eleitos na Assembleia Municipal de Carregal do Sal propõem:

Um voto de pesar pelo falecimento do Dr. António Manuel Prata de Figueiredo Freitas, exarado em ata, dando conhecimento do mesmo aos seus familiares;

Guardar um minuto de silêncio em sua memória.

Os membros eleitos na Assembleia de Municipal de Carregal do Sal, mandato

2021/2025.”

—A entrada da proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

—Não havendo discussão, decorrida votação nominal, foi a mesma aprovada por unanimidade.

—De seguida, cumpriu-se um minuto de silêncio e uma salva de palmas.

—A Presidente da Assembleia procedeu depois à leitura da proposta de atribuição do nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre dos Paços do Concelho e que fica transcrito em ata:

“PROPOSTA

Atribuição do nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre dos Paços do Concelho

—Atento aos propósitos ínsitos no Documento Fundador, no Protocolo relativo à Gestão e Funcionamento da Casa do Passal, ao Contrato de Comodato celebrado em 25 de maio de 2020, a todas as diligências, decisões tomadas e parcerias encontradas que visam homenagear e perpetuar o Cônsul Aristides de Sousa Mendes;

E

—Considerando que:

—a) O caminho de Homenagem a Aristides de Sousa Mendes, com o ato heroico e todos os valores que lhe estão associados, nomeadamente os do Humanismo, da Tolerância e da Paz, tem merecido de todas as entidades envolvidas um consenso e uma especial convergência nos seus nobres propósitos;

—b) Destaca-se também a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2020 que aprovou as Linhas Estratégicas do Projeto: “Nunca Esquecer” – Programa Nacional em torno da Memória do Holocausto;



———c) Esta Homenagem deve alargar-se a outros projetos e a outras iniciativas, para além das que estão em curso, nomeadamente no que diz respeito à Requalificação e Musealização da Casa do Passal e aos espaços envolventes exteriores, bem como à Ciclovia Aristides de Sousa Mendes;—————

——— d) O Município de Carregal do Sal manifestou sempre em torno deste projeto, uma vontade expressa, firme e determinada, para levar a bom porto os relevantes objetivos da Homenagem, com iniciativas diversas, umas mais estruturantes e outras mais simples, mas todas elas sobremaneira dotadas de emoção e muito simbolismo, como é o caso do painel do Salão Nobre contendo um motivo alusivo a Aristides de Sousa Mendes;—————

———e) Nas inúmeras visitas ao Concelho e ao Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, os símbolos plasmados no painel são sistematicamente explicados aos visitantes, sobressaindo o de Aristides de Sousa Mendes, com a menção de que foi a sua ação e oposição de vistos que salvou muitas vidas do Holocausto Nazi;—————

———f) Na minha intervenção de instalação da Câmara Municipal de Carregal do Sal, ocorrida no passado dia 16 de outubro de 2021, referi que iria solicitar na primeira sessão da Assembleia Municipal dar o nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho;—————

———g) É importante que ao nível concelhio possamos continuar a ter engenho e arte para contribuir para a dignificação de um gesto nobre tido por um Homem apelidado de “Justo entre as Nações” que, em tempos manifestamente difíceis, desobedeceu às ordens do seu Governo e se manteve fiel à voz incontornável da sua consciência;—————

———h) A frase muitas vezes proferida pelo Cônsul “Tenho de salvar estas pessoas, tantas quantas eu puder. Se estou a desobedecer a ordens, prefiro estar com Deus e contra os homens, do que com os homens e contra Deus”, terá de merecer e merece, por certo, o nosso mais vivo aplauso e reconhecimento, do que nos devemos sentir particularmente

honrados pela sua postura e pela sua ação nobre e humanista, com enormes prejuízos pessoais e familiares;

i) É indubitável, não suscitando qualquer dúvida, que o projeto Aristides de Sousa Mendes e Casa do Passal consolidará no futuro próximo, com o empenho de todas as entidades envolvidas e de todos nós, a escala nacional e internacional que todos almejamos.

Face ao exposto, PROPONHO que:

1 - A Assembleia Municipal de Carregal do Sal aprove a atribuição do nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre dos Paços do Concelho.

2 - Na sequência da deliberação, seja realizada uma sessão solene de elevação e reconhecimento do Cônsul Aristides de Sousa Mendes, com o descerramento de placa identificativa.

Paços do Município de Carregal do Sal, 17 de dezembro de 2021.

O Presidente da Câmara,

Paulo Catalino Ferraz

A Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação a admissão da proposta ora transcrita, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro votos contra dos membros Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paula Maria Correia Soares, Nuno Miguel Dias Marques e António Manuel Lopes Batista, e os votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, António Manuel Vicente Marques, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Almeida Figueiredo, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Rui Manuel Mendes Lopes, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino



Morgado Carneiro, ficando a proposta a constituir o ponto sete da agenda da sessão. —

—USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

—A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este período, aceitando inscrições. —

—*António Manuel Vicente Marques* – Começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que iria fazer algumas considerações sobre a primeira sessão daquele órgão – o da Tomada de Posse. Nesse sentido afirmou ter ficado surpreendido com o discurso do Presidente da Câmara, Paulo Catalino Ferraz pois, contrariamente ao que esperava, a intervenção não incidiu sobre o reconhecimento do trabalho realizado pelos seus antecessores, designadamente por Rogério Abrantes que tanto se dedicou ao Concelho. Afirmou que esperava uma posição construtiva e não de recalçamento. —

—Referiu-se depois à entrevista do Presidente da Câmara publicada no jornal Diário de Viseu em que este afirmava ter sido perseguido, ameaçado e que, por isso, solicitou escolta policial. Pediu esclarecimentos sobre essa ocorrência. —

—Terminou desejando a todos muita paz e votos de um Santo Natal. —

—*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra para interpelar o senhor Presidente da Câmara sobre a situação da Casa do Passal, da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato e do Jardim de Infância Angelina Sousa Mendes. A propósito afirmou que, enquanto responsável pela Coordenação do Centro de Saúde, aquando da campanha eleitoral, o próprio tinha afirmado que a situação estava perfeitamente consolidada, para servir a população da Freguesia de Cabanas de Viriato mas até então nada estava assegurado, a falta de médicos, a escassez de assistentes operacionais e técnicos, o encerramento temporário da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, as manifestações populares são uma realidade, pelo que enquanto

responsável pela área da Saúde, não só não acautelou a prestação dos serviços de saúde a todos, como parece ter omitido a verdadeira realidade. Questionou sobre o que se passa nesta área a nível do concelho, e se se confirmava o encerramento desta Extensão de Saúde, isto depois da realização de obras de reabilitação, e que *démarches* estavam a ser feitas em relação a este assunto, ainda mais porque, afirmou, o decréscimo da população não se deve só ao decréscimo da natalidade, mas também se deve à falta de serviços. —

— Sobre a Educação, questionou se as instalações do que designou de pseudo-refeitório do Jardim de Infância Angelina Sousa Mendes, em Cabanas de Viriato, já tinham sido melhoradas. Questionou também se está previsto o encerramento deste Jardim e também da Escola Básica Aristides de Sousa Mendes. Lembrou ainda que foram realizadas obras de reabilitação deste edifício, antiga escola primária e também do edifício da Extensão do Centro de Saúde, para quê? Não é com o encerramento de serviços que irá contribuir para responder aos anseios de todos os munícipes, as pessoas devem estar em primeiro lugar. —

— *António Manuel Lopes Baptista* – Começou por cumprimentar todos os presentes e usou da palavra para questionar o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação em relação às anunciadas dez medidas que afirmou serem para implementar no imediato, após a tomada de posse. —

— Referiu-se, depois, à entrevista publicada no jornal Diário de Viseu para pedir esclarecimentos sobre as declarações do Presidente da Câmara quando afirmou que encontrou a Câmara Municipal com as contas rapadas e à afirmação de que foi perseguido, solicitando-lhe que clarificasse. —

— Terminou a sua intervenção questionando sobre o ponto de situação em relação à Delegação concelhia da Cruz Vermelha Portuguesa. —

— *Carina Isabel Pereira Pessoa* – Saudou todos os presentes, desejando-lhes votos

feitos esforços no sentido da melhoria das condições do Jardim, designadamente ao nível do aquecimento que, disse, não ser eficiente. _____

_____ De seguida, abordou a questão da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato para sensibilizar para a necessidade de se manter em funcionamento pois é do maior interesse da população mais idosa e evita deslocações para a Vila sede - Carregal do Sal, que são mais dispendiosas e morosas, afirmando que o que se pretende é serviços mais próximos dos cidadãos e não a sua centralização. _____

_____ *Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Começou a sua intervenção para apresentar cumprimentos a todos os presentes e aos que estavam a assistir à sessão por via *online*. De seguida, referiu que o assunto que queria expor, não era mais do que o dever de informação para com os fregueses que representava, mas também para com os restantes munícipes, pois entendia que a abrangência de uma Freguesia não ficava apenas restrita à sua área ou à sua população. Assim, referindo-se ao que era do conhecimento geral, após as últimas eleições autárquicas teve lugar a primeira reunião da Assembleia de Freguesia de Oliveira do Conde, por si presidida como cidadão que encabeçou a lista mais votada. Disse que, perante todos os presentes, seguindo os preceitos legais e escrutinado por dois elementos (um do PSD e outro do Movimento CICC), que também auxiliaram os trabalhos da mesa, procedeu-se à eleição dos restantes membros do Executivo (Secretário e Tesoureiro) tendo sido eleitos João Campos e Cátia Mendes. Nos termos legais, procedeu-se à ocupação dos lugares pelos membros do Executivo constituído e à substituição desses elementos na Assembleia de Freguesia pelos elementos a seguir posicionados. _____

_____ Informou que, de seguida e após uma saída dos dois elementos, que coadjuvaram os trabalhos da mesa, para conferenciar com elementos dos partidos que representavam (não eleitos na Assembleia de Freguesia), os mesmos numa tentativa de reverter o



resultado obtido, solicitaram a repetição da eleição, justificando que se tinham enganado, pois não sabiam se estavam a votar para lista ou para uninominal (mesmo tendo de uma forma clara e mais que uma vez, ouvido os nomes da lista apresentada). Disse que, claramente, não aceitou o pedido. _____

_____Afirmou, ainda, que concluindo este atribulado capítulo, onde se constatou que tudo foi feito, da parte do PSD e do movimento CICC (desde a tentativa de apresentação de lista para o executivo quando legalmente o não o podem fazer, desde listas para a mesa da Assembleia com candidatos não eleitos, até uma eleição de um presidente que logo a seguir renuncia ao cargo) para inviabilizar os resultados obtidos, a ata foi elaborada, assinada pela mesa então eleita, mas não foi aprovada pelos seis elementos do PSD e CICC. —

_____Perante esta situação, informou que como Presidente da Junta e apesar da certeza da legitimidade do Executivo eleito, mas por se estar a viver uma situação pouco comum, tinha de imediato contactado o departamento jurídico da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e solicitou um parecer sobre a validade e eficácia do ato e da ata. O parecer, entretanto rececionado, considera os vogais eleitos, conferindo legitimidade ao Executivo da Freguesia. Acrescenta e justifica que uma ata confere eficácia às deliberações, mas como o que se passou foi uma eleição, não é necessária a ata para conferir eficácia, suportando esta interpretação num Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo. Assim sendo e na certeza de ter tomado a decisão certa, a Junta de Freguesia entrou em efetividade de funções, realizando reuniões de Junta frequentadas e participadas por elementos da Assembleia de Freguesia do PSD e CICC. _____

_____Disse que como era uma pessoa cautelosa e atenta, ou pelo menos tentava ser, indagou sobre se existia alguma ação a decorrer em Tribunal, tendo tido conhecimento de ter sido intentada uma providência cautelar contra a Freguesia de Oliveira do Conde, no

Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, no sentido de pedir a nulidade e ineficácia do ato eleitoral dos vogais e da mesa da assembleia de Freguesia. Todavia, a Dr.^a Juíza que apreciou a Ação rejeitou liminarmente o requerimento inicial de processo cautelar, negando a petição apresentada, o que os autores já conheciam desde o passado dia dezanove de outubro, permitindo, assim, que a Freguesia de Oliveira do Conde não viesse a suportar encargos com a defesa processual que inevitavelmente teria de fazer. _____

_____ Não obstante o expandido, na passada segunda-feira, aquando da Assembleia Ordinária solicitada pela Junta de Freguesia e convocada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, com o objetivo, entre outros, da aprovação do Orçamento e das Opções do Plano, o Presidente da Mesa atropelando normas regimentais, apresentou uma declaração assinada por todos os elementos do PSD e CICC, sendo que essa declaração, para além de colocar em causa o trabalho efetuado pela Presidente da Mesa da Assembleia do mandato anterior, declara que a Junta de Freguesia, seu Executivo e Assembleia, estava ilegítima e ilegal, considerando todas as deliberações ilegais e portanto a reunião da Assembleia terminaria naquele momento sem haver lugar à apreciação do Orçamento e demais propostas. _____

_____ Perante esta postura, disse que tinha argumentado e exposto todos os documentos que tinha em seu poder, ficando com a sensação de que parte dos membros que tinham assinado a declaração não sabiam o que, entretanto, se tinha passado. _____

_____ Concluiu, referindo que o que pretendia não era fazer juízos de valor, mas sim apenas e só informar as pessoas do que se estava a passar na Freguesia de Oliveira do Conde, apelando para que os autores morais da confusão gerada tenham a hombridade de informar condignamente os elementos que os representam na Assembleia de Freguesia; não se escondam atrás de páginas de *facebook* e deem a cara; que não sejam políticos com letra pequena, mas que pensem verdadeiramente no interesse da população da



Freguesia e do Concelho. _____

_____ Terminou desejando a todos um Santo Natal. _____

_____ *Nuno Miguel Pais Seabra* - Usou da palavra para, após cumprimentar todos os presentes e dos que estavam a assistir *online*, corroborar o que foi dito em relação ao Jardim de Infância Angelina Sousa Mendes, nomeadamente a necessidade de serem melhoradas as suas condições ao nível do refeitório e do aquecimento, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento cabal sobre o assunto, nomeadamente sobre o que anda a ser dito sobre o encerramento do Jardim de Infância.—

_____ Depois referiu-se à Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato para afirmar o descontentamento dos utentes que pedem um segundo médico efetivo para aqueles serviços, para que todos tenham um médico permanente na Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, evitando deslocações ao Centro de Saúde de Carregal do Sal e permitindo uma melhor distribuição dos utentes. Lembrou que se trata de uma luta pela saúde e bem-estar da população e agradeceu a presença do Executivo Camarário, nas pessoas do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, do Vereador José Dias Batista e do Presidente da Junta de Freguesia de Beijós na manifestação pela continuação da prestação de cuidados de saúde naquela Extensão, realizada na manhã do dia quinze de dezembro último. E disse pretender terminar com uma mensagem, lembrando que está em causa o desenvolvimento do Concelho, pelo que temos de olhar para o futuro, na mesma direção, sem atender a cores partidárias, de modo a que se possa beneficiar das candidaturas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. Expressou votos de um Feliz Natal para todos. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Saudou todos os presentes e, em nome dos elementos da bancada do Movimento Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal desejou a todos um Bom Natal e um Feliz Ano Novo. Iniciou a sua intervenção para solicitar

que a documentação sobre os assuntos que constituem a ordem do dia das sessões lhe fosse disponibilizada em papel. _____

_____ Depois dirigiu-se ao Executivo Camarário para questionar sobre a implementação das dez medidas anunciadas aquando da tomada de posse, para levar a efeito no imediato, de forma a desenvolver o Concelho e combater a desertificação. No seguimento desta interpelação referiu que das dez medidas imediatas não constavam as obras realizadas no edifício da Câmara Municipal, mas que já se encontram concluídas. Questionou então sobre as obras enumeradas: a que permitiria a circulação nos dois sentidos, entre a Farmácia Rodrigues e a região dos Bancos; arranjos e eletrificação do Centro de Saúde; melhorar a cobertura de redes digitais 5G; as pavimentações e alargamentos enumerados entre essas dez medidas; se a receção da obra da Estrada Carregal/Sobral já estava concretizada e se os trabalhos do caderno de encargos estavam em conformidade pois as condições do pavimento são fraquíssimas, apesar de já terem sido feitas as respetivas marcações; se tinha sido efetuada a receção da obra de substituição de condutas de fibrocimento no Sobral pois aquando das obras tinham sido partidas algumas tampas de esgoto que continuavam por substituir, o que não entendia. Em contrapartida, afirmou que eram realizadas pavimentações em ruas que não servem sequer habitações e questionou se tal não seria para “cumprir promessas eleitorais”. _____

_____ Sobre a Saúde, afirmou que continuávamos mal servidos, pois os utentes não conseguiam marcar consultas em tempo útil no Centro de Saúde nomeadamente na Extensão de Cabanas de Viriato. E questionou o porquê afirmando que estávamos ainda pior do que antes, pelo que, nesta área, o apregoado dinamismo e proximidade era uma falácia. - _____

_____ Terminou lembrando que passam quatro anos sobre o falecimento do autarca Atilio dos Santos Nunes, e apesar de ter sido deliberado edificar uma estátua em sua



homenagem na Praça do Município, ainda nada foi feito nesse sentido._____

_____A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas._____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos a todos os presentes e aos que estavam a assistir à sessão via *online*. De seguida, respondeu às questões suscitadas salvaguardando, desde logo, que não responderia a questões de opiniões pessoais, respeitando-as, respondendo, isso sim, a questões políticas e às questões que têm a ver com os interesses do Município._____

_____Ao membro António Vicente Marques, sobre a sua intervenção na tomada de posse, disse que não iria acrescentar o que quer que fosse, na medida em que foi feita no livre exercício das suas funções, afirmando que também gostaria que o anterior Executivo tivesse estado na tomada de posse e não esteve. Relativamente ao que tinha dito numa entrevista a um jornal, afirmou que o que afirmou era verdade, o carro que, durante três ou quatro dias o tinha seguido em Carregal do Sal, tinha sido o mesmo que tinha seguido a sua esposa na deslocação de Sátão para Viseu. Quanto ao seu telemóvel ter estado em escuta, disse que essa situação também aconteceu e na análise feita verificou que no mesmo tinha instalado um programa, permitindo o acesso a todos os dados do telemóvel, inclusive ao registo das chamadas. Tal facto obrigou-o a trocar de telemóvel, mas tudo isso está a cargo da Justiça, sendo da justiça o que é da justiça e da política o que é da política._____

_____ Ao membro Manuela Campos esclareceu que, relativamente à Casa do Passal, tinha boas notícias, referindo que ao longo de quatro anos nesta Assembleia Municipal, proporcionou sempre uma energia extra para acreditar que a Casa do Passal finalmente iria arrancar. Quando tomou posse verificou que existiam algumas situações para ultrapassar, na medida em que dois concursos públicos tinham ficado desertos, face ao preço base estabelecido, não existindo nenhuma empresa interessada, dado que as contingências do

caderno de encargos para a realização da requalificação e Musealização da Casa do Passal são de tal forma complexas que não agradam aos possíveis empresários, para além de ser do conhecimento geral que essas mesmas empresas estavam a ser demasiadamente solicitadas, sendo poucas as que conseguiam cumprir os prazos de execução dos contratos. Não obstante o referido, a Câmara Municipal realizou reuniões com grupos parlamentares na Assembleia da República, que culminou com a apresentação e aprovação de uma proposta do Partido Socialista, conjuntamente com uma outra do Partido Pessoas Animais Natureza, que não foi aprovada. A proposta tem a ver com a possibilidade de a obra vir a ter uma maior comparticipação financeira nacional e dos fundos europeus, na medida em que a mesma não se limita ao Concelho, é uma obra do País e do Mundo, tendo ficado de, a seu tempo, ser aferida a respetiva comparticipação que envolverá, também, os arranjos exteriores e o acréscimo para fazer face aos preços atuais praticados pelas empresas de construção civil. Recordou que o preço base da empreitada foi atualizado aquando do lançamento do segundo concurso e que mesmo assim ficou deserto. Concluiu a sua intervenção, referindo que a proposta aprovada do Partido Socialista irá permitir que possa haver um aumento significativo da comparticipação desta obra, esperando ter a melhor receptividade para este assunto por parte do Governo que sair das eleições. Prosseguiu, referindo que reuniu com várias empresas, no sentido de realizar um ajuste direto, desde que haja uma empresa que esteja disponível para realizar a empreitada e, dessas, há uma que também já reuniu com os projetistas sendo que a expectativa é que, em fevereiro, possam arrancar os trabalhos, desde que o empreiteiro aceite fazer a empreitada nas condições em que foi lançado o concurso. Sobre o Centro de Saúde informou que o problema não era novo e tinha a ver com a impossibilidade de afetação de utentes, oriundos das Freguesias de Beijós e de Cabanas de Viriato, do Centro de Saúde de Carregal do Sal para Cabanas de Viriato, o que permitiria a existência de mais





um médico a tempo inteiro, o que não acontece atualmente, porquanto só tem uma médica a tempo inteiro e uma outra médica que vai duas ou três vezes por semana, o que faz com que, quando a médica está ausente ou de férias, a Extensão de Saúde tenha de fechar. Evidenciou que esta prática é bastante antiga, sendo que atualmente a situação tem vindo a piorar por causa do processo de vacinação que exige mais médicos no centro de vacinação, estando a Câmara Municipal, em articulação com a Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato e de Beijós e com o Centro de Saúde, a preparar uma proposta no sentido de se garantir mais um médico, o sétimo médico no Concelho, que possa complementar a médica afeta a tempo inteiro e que com a reafecção de mais utentes à Extensão de Saúde, cada médico ficaria com mil e quinhentos utentes, o que não está a acontecer atualmente, na medida em que uma médica tem efetivamente mil e quinhentos utentes, existindo mais quatrocentos e cinquenta utentes, o que faz com que a segunda médica vá apenas duas a três vezes à Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato. Afirmou que existem cinco médicos em Carregal do Sal e um em Cabanas de Viriato, estando a ser cumprido o compromisso assumido com o número de médicos, não tendo havido falha de médicos, tendo havido a sua substituição, logo que tomou posse, por uma médica, em contraponto com o que se passa em centros de saúde de municípios vizinhos, sublinhando que a Câmara Municipal tem feito tudo para que as coisas funcionem de forma equilibrada e possam existir, no futuro, dois médicos a tempo inteiro na Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato. Disse existirem no Concelho seis médicos a tempo inteiro e uma médica que, apesar de aposentada, aceitou fazer vinte horas para colmatar as baixas médicas de um médico que ainda está ao serviço. Referiu-se, também, aos assistentes técnicos e operacionais e quanto a estes referiu que dois deles estão ausentes, tendo o Centro de Saúde se socorrido de medidas do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Reafirmou que tudo tem sido feito para apoiar o funcionamento do Centro de Saúde e

todos, sem exceção, para além da crítica que lhe é legítima, deveriam ter uma palavra de apreço e respeito pelos profissionais que trabalham nas unidades de Saúde há cerca de dois anos em constante sobrecarga, devido à pandemia da doença COVID-19. A propósito lembrou que as competências relacionadas com o setor da Saúde só serão transferidas para a Câmara Municipal em abril de dois mil e vinte e dois, mas isso não obstaculizou a Câmara Municipal de fazer tudo o que tem feito em prol do bom funcionamento do Centro de Saúde.

— Em relação ao Jardim de Infância Angelina Sousa Mendes, sobre a obra em si, o Vereador José Dias Batista iria falar, mas sob o aspeto político afirmou que nunca foi falado em encerrar o Jardim de Infância; o que foi falado, foi, tendo em conta a próxima transferência de competências, que estaria a ser equacionada uma forma de gestão dos recursos humanos a apresentar ao Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal. Reafirmou que nunca esteve em causa o encerramento e o que estava a ser ponderado era a possibilidade de melhoria das instalações para permitir mais dignidade aos alunos que ali estudam e aos profissionais que ali prestam funções.

— Sobre as dez medidas e outros assuntos que os membros António Batista e Sandra Cortês abordaram, disse ter todo o gosto em elucidá-los sobre as mesmas e sobre o ponto de situação, salientando que a primeira tinha a ver com a transmissão *online* das reuniões de Câmara e sessões da Assembleia Municipal, já concretizada; estava a ser feita a eletrificação de lugares do Concelho; em relação ao Parque Alzira Cláudio estava a ser elaborado o regulamento para que seja permitida a entrada de animais, andar de skate, bicicleta e utilizar todas as valências, que será aprovado pela Câmara e submetido posteriormente a esta Assembleia Municipal; não estavam a ser usados herbicidas na limpeza de ruas e espaços públicos; no Centro de Saúde já estavam concretizados alguns arranjos exteriores e colocadas lâmpadas e estava a aguardar-se o aval do ACES Dão





Lafões relativamente à central telefónica, para a qual, inclusive, já tinha sido pedido orçamento, afirmando que se aquela entidade não a adquirir, por fazer parte de uma aquisição sob a sua alçada, a Câmara Municipal resolverá, logo que haja a transferência de competências no domínio da Saúde. No que diz respeito às Rua das Moitas e da Tapadinha e a intervenção a levar a cabo na Travessa do Barreiro, em Parada, a situação estava também bem encaminhada, com possibilidade de orçamentação adequada. Quanto à Travessa do Barreiro e à Travessa do Sobral que vai até ao Bairro Social, o processo estava também bem encaminhado e em execução. Quanto à atribuição do nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre dos Paços do Concelho, disse ter sido a proposta apresentada e admitida e após a votação era importante dar dignidade ao ato que se vai seguir. Relativamente à cobertura 5G no Concelho informou que a Altice tinha garantido a respetiva cobertura de fibra e o 5G em todas as freguesias do Concelho até ao final do primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois. Referiu-se, depois, à desejada circulação nos dois sentidos na zona central da via sede para responder que já tinha sido elaborado um protocolo com um dos proprietários que teve de ceder uma parcela de terreno por forma a viabilizar essa pretensão, afirmando que o projeto estava elaborado e orçamentado para o ano de dois mil e vinte e dois. _____

_____ Ao membro António Batista, sobre a questão relacionada com a Delegação Concelhia da Cruz Vermelha informou que tinha reunido com a Comissão Instaladora e é a esta que compete resolver a situação salvaguardando, no entanto, o interesse e empenhamento da Câmara Municipal na resolução desta questão, pelo que aguardava a reunião com a Comissão Nacional, oportunamente solicitada pela Câmara Municipal. Salientou ter havido dificuldade, por parte da Comissão Instaladora em contactar a Sede Nacional, aludindo também ao estado de degradação do edifício e de tudo o que lá existe, o que muito preocupava a Comissão Instaladora e a Câmara Municipal. _____

——— Ao membro Carina Pessoa agradeceu as palavras recebidas e afirmou ter sido com muito orgulho que tinha estado e participado, em representação da Câmara Municipal, com o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato e a Presidente da Direção da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato, na justa homenagem feita a Aristides de Sousa Mendes, no Panteão Nacional e na subsequente exposição “Candelabro”. —————

——— Ao membro Carlos Baptista, respondeu que a Câmara iria tentar tomar posse do dossiê relacionado com a poluição da Ribeira de Travassos, assim que o novo Governo seja empossado, para tentarem a sua resolução em definitiva. Sobre a limpeza das ruas, reiterou que é imperativo acabar com os herbicidas e a Câmara Municipal está atenta a esta questão ambiental; por isso, já tinha diligenciado e encontrado soluções alternativas, tendo rececionado duas propostas de empresas dispostas a garantirem o serviço, nomeadamente nos períodos mais críticos (março/abril e setembro/outubro). Relativamente à Rua do Peso e de outras, informou que já tinha reunido com a empresa adjudicatária, SOCITOP, que tinha ficado com uma série de empreitadas no Concelho e aguardava-se a entrega do Plano de Saúde e Segurança no início do novo ano. Disse reafirmar o que já tinha dito a propósito do Jardim de Infância e da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato. —————

——— Ao membro Carlos Bastos disse lamentar o sucedido e esperava que o bom senso prevalecesse e que o processo decorra com normalidade que é isso que as pessoas e a vida política necessitam. —————

——— Ao membro Nuno Seabra disse já ter respondido, mas ainda assim reassumia o compromisso de tentar mobilizar mais um médico para Cabanas de Viriato, ficando de elaborar e apresentar um documento que comprove que, face ao número de utentes inscritos, o número de médicos deve ser de sete e não de seis, para deste modo cumprir o rácio de mil e quinhentos utentes por cada médico. —————

ponto encerrado. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ **2. REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** _____

_____ **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberto este ponto da ordem do dia, subordinado ao assunto “Regimento da Assembleia Municipal. Análise e Deliberação”, informando que a proposta de alteração e adaptação que tinha sido enviada, foi elaborada pela Mesa. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de análise deste ponto, abrindo inscrições. _____

_____ *António Manuel Lopes Baptista* – Afirmou que discordava de dois pontos: o tempo destinado às intervenções dos membros da Assembleia, que considerou escasso e o momento em que o público deve falar defendendo que tal deve acontecer no início das sessões, ao contrário do plasmando no documento. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Corroborou o desacordo em relação ao ponto proposto para a intervenção e referiu não estar de acordo também com a forma como é distribuído o tempo pelas bancadas. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou a palavra para discordar do tempo destinado às intervenções dos membros da Assembleia defendendo que deveria manter-se o definido no Regimento ainda em vigor. Disse concordar com a transmissão *online* da Assembleia Municipal, mas com intervenções à distância do público, não concordava _____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para propor a realização de uma reunião com os líderes parlamentares por forma a ser redigido um documento consensual. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal comunicou que iria marcar essa reunião,



pelo que ficava adiada a votação do Regimento em análise.

3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.

Presidente da Câmara Municipal – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para explicar que, de futuro, iriam adotar um novo modelo de documento pois entendia que o atual era pouco apelativo.

Não havendo inscrições para intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia.

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta das Grandes Opções do Plano e da Proposta do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois.

Presidente da Câmara Municipal – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para fazer algumas considerações sobre o assunto em

apreço. Afirmou tratar-se de um orçamento de transição e condicionado por compromissos anteriormente assumidos que o atual Executivo Camarário pretende honrar. No entanto, informou que o orçamento iria ser revisto em fevereiro em função do saldo de gerência e das transferências de competências para a Câmara Municipal, designadamente nos domínios da Saúde, Educação e provavelmente também no domínio da Ação Social. Explicou que a Câmara Municipal tinha pouca autonomia, no que diz respeito à arrecadação de receitas próprias, para fazer face a algumas despesas, pelo que precisariam de apoio financeiro por parte do Estado. Perante isso, lembrou os encargos com os Subsistemas de Currelos, Cabriz e Papízios, que rondam os três milhões de euros entre os treze milhões totais do orçamento municipal. Afirmou tratar-se de um orçamento para concretizar a três velocidades – assumir compromissos, saber a que candidaturas poderemos recorrer e poder libertar verbas cativas para a AINTAR - Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, no montante de um milhão e oitocentos mil euros. Explicou que o Orçamento apresentado se centrava em cinco áreas centrais: Casa da Passal; Centro de Saúde, que esperava conseguir integrar no Plano de Recuperação e Resiliência e cuja participação pode ir de oitenta e cinco a cem por cento; relativamente à Educação, esperava que o quadro dois mil e vinte - dois mil e trinta consagrasse valores destinados a esta área e já tinham feito um pré-estudo em relação ao que seria necessário em cada uma dessas escolas para oportunamente alocar verbas a essas obras; quanto à Habitação, estavam na fase de realização de projetos em função da Estratégia Local de Habitação. Para além disso, existiam três obras que exigiam intervenção - Biblioteca e Piscinas, em que se aguardava a abertura de concursos para elaborar candidaturas no âmbito da eficiência energética, sendo que a Câmara Municipal já adquiriu uma máquina específica para as Piscinas Municipais em que investiu trinta e nove mil euros e esperava poder



intervencionar o Pavilhão Municipal ao nível das caixilharias e arranjos interiores, a que estavam alocados setenta e quatro mil euros. Todas estas intervenções eram para garantir a sua reabilitação e a maior eficiência daquelas instalações. Referiu que, em relação ao Mercado Municipal, o processo iria ser lançado a breve prazo. Tudo isto até junho de dois mil e vinte e três ou a Câmara Municipal corre o risco de ter de devolver o dinheiro que, entretanto, tenha recebido. Esclareceu que a grande contingência em concretizar estes projetos/investimentos está em encontrar empresas que consigam concretizar as obras candidatas e aprovadas dentro dos *timings*. Em relação à Fundação Comendador José Nunes Martins, está a ser preparada uma candidatura para ampliação do espaço. Referiu-se depois às condições degradantes do Estaleiro Municipal para sustentar que era prioritário o investimento em novas instalações, que também poderia depender de comparticipações, mas que teria de ser feita para garantir condições dignas de trabalho aos trabalhadores e colaboradores.

—A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de análise deste ponto, afirmando aceitar inscrições de quem estivesse interessado em usar da palavra.—

—*Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para considerar que a Câmara Municipal estava demasiado dependente do financiamento decorrente de candidaturas e, apesar de compreender a opção camarária, discordava das Grandes Opções do Plano, alegando que as Freguesias foram relegadas para segundo plano. Afirmou que entendia algumas opções, entre as quais os Subsistemas de Tratamento de Águas Residuais, a Casa do Passal e a ligação à Ecopista, em que nestas últimas se não houver reforço significativo de comparticipação, o investimento camarário poderia ser muito complicado pois poderia comprometer o investimento nas Freguesias. Alegou, face ao exposto, que não se poderia hipotecar o futuro das aldeias e freguesias do Concelho.

—*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para solicitar esclarecimentos

sobre os critérios para as opções descritas e deu como exemplo a Rua da Alagoa, que não estava contemplada, sabendo que alguns moradores até já tinham dado terreno. Questionou então quais os compromissos assumidos pelo anterior Executivo Camarário que não tinham sido pagos e a que o Presidente da Câmara se referiu e se a Câmara Municipal não tinha dinheiro. Referiu que o documento que foi enviado aos membros da Assembleia era muito complexo e, por isso, sugeriu que a Câmara Municipal o apresentasse com, por exemplo, o recurso a um *powerpoint*.

——— *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre a presença/participação e legitimidade do Chefe de Gabinete naquela sessão, enquanto membro da Assembleia Municipal, justificando que este teria acesso privilegiado a informações que não eram do conhecimento dos restantes membros.

——— *Presidente da Assembleia Municipal* – A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, esclareceu que tinha envidado esforços para aferir dessa situação, já lhe tinham comunicado que não existia qualquer impedimento, mas que aguardava a comunicação oficial escrita da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. -

——— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* - Usou a palavra para, em nome da bancada do Partido Socialista, parabenizar o Presidente da Câmara pela clarividência com que foi apresentado o Orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois pois, trata-se de uma proposta para o ano seguinte e não para o mandato, sendo, portanto, o Orçamento possível e não o desejável. E lembrou que as transferências do Orçamento do Estado para o distrito de Viseu, em que se insere Carregal do Sal, é o mais baixo. Terminou agradecendo a forma factual e clara como foi apresentado o Orçamento, pelo que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente.



———A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal. ——

———*Presidente da Câmara Municipal* – Voltou a usar da palavra para afirmar que estava de acordo com o que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, Carlos Baptista, ou seja, que se tratava efetivamente de um Orçamento que limitava a ação da Câmara Municipal, mas, resolvida a questão dos Subsistemas de Tratamento de Águas Residuais, acreditava que passaria a haver margem para fazer mais investimentos nas Freguesias do Concelho.———

———*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Usou da palavra para reiterar o pedido de esclarecimentos sobre a afirmação que o Presidente proferiu referente a compromissos não pagos. E questionou se não tinha ficado dinheiro para pagar essas obras.———

———*Presidente da Câmara Municipal* – Voltou a usar da palavra para clarificar que a Câmara Municipal iria assumir os compromissos do anterior Executivo Camarário, mas se os mesmos já estivessem pagos, seria diferente, pois poderiam canalizar verbas para outras obras/projetos.———

———Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado:———

———Contra – 8 (oito) votos;———

———Abstenções – 1 (um) voto;———

———A favor – 11 (onze) votos.———

———Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito votos contra dos membros António Manuel Vicente Marques, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Paula Maria Correia Soares, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro

Caldeira e António Manuel Lopes Batista, abstenção do membro Carlos Alexandre Pais Baptista e onze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, António Manuel Almeida Figueiredo, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte e dois, e Orçamento nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —

— A bancada do Partido Social Democrata e do movimento Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal apresentaram declaração de voto conjunta que é do seguinte teor: —

— “DECLARAÇÃO DE VOTO —

— A Bancada dos elementos PSD e CICC na Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente às Grandes Opções do Plano e Proposta do Orçamento para o ano de 2022, vota contra, com os seguintes fundamentos: —

— 1- Foi-nos apresentado um Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, como documentos “acabados”, para a elaboração dos quais não nos foi solicitado previamente, qualquer contributo; —

— 2 - São dois documentos que vêm na continuidade dos apresentados no ano de 2021, sem criatividade, coragem e ousadia para a mudança tão prometida pelo atual Executivo nas últimas eleições autárquicas. No que ressalta de “novidade”, fica-se pelas “meras intenções” e com muitas verbas abertas com “financiamento não definido”. A “frustração” será grande para o Concelho e para os Municípios que acreditaram na “ilusão” que lhes foi “vendida” antes das eleições autárquicas: Além da expressa previsão de subida do endividamento, notamos que este vai advir sobretudo pelo previsível acréscimo da

Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e dois. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar esclarecimentos sobre o assunto em apreço clarificando que o mesmo previa o provimento dos seguintes postos de trabalho: um para a área da fiscalização; um para enfermeira veterinária; um para assistente operacional; um para o Gabinete de Apoio ao Empresário, aos Agricultores, aos Emigrantes e aos Jovens e dois para o Centro Cultural de Carregal do Sal. A estes acresciam bolsas de quatro trabalhadores afetos ao ensino pré-escolar e primeiro ciclo, fruto da transferência de competências; três pessoas para a Divisão de Obras e Ambiente. Esclareceu, ainda, que tinha havido uma diminuição de trabalhadores, ou seja, à data da entrada o Município tinha cento e cinquenta trabalhadores e possuía, à data, cento e quarenta e sete. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de análise deste ponto, abrindo inscrições. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para pedir esclarecimentos relativamente ao número de trabalhadores existentes à data da tomada de posse e ao que existia nesta data. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para questionar quantos trabalhadores estavam em bolsa quando este Executivo Camarário tomou posse. Solicitou esclarecimentos sobre as nomeações para o Gabinete de Apoio Pessoal alegando que sabia que os cargos de nomeação política, não entravam no mapa de pessoal e não estava em causa se o Presidente da Câmara tinha ou não direito a isso, mas sim se desempenhavam ou não as respetivas funções. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, respondeu às interpelações, esclarecendo que os cento e cinquenta lugares não eram em bolsa, mas sim ocupados. Quanto à nomeação de pessoas



para o seu Gabinete de Apoio Pessoal era um direito seu e tal decorria da transferência de competências que vigorariam a partir de abril próximo. _____

_____Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____Contra – 8 (oito) votos; _____

_____Abstenções – 0 (zero) votos; _____

_____A favor – 12 (doze) votos. _____

_____Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito votos contra dos membros António Manuel Vicente Marques, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Paula Maria Correia Soares, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira e António Manuel Lopes Batista e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, António Manuel Almeida Figueiredo, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e dois. _____

_____A bancada do Partido Social Democrata e a bancada do CICC - Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal apresentaram declarações de voto, nos seguintes termos: _____

_____“DECLARAÇÃO DE VOTO do movimento Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal _____

———O voto contra da bancada do CICC tem a ver com o facto de o senhor Presidente da Câmara não ter conseguido explicar exhaustivamente a questão dos postos de trabalho.” –

———“DECLARAÇÃO DE VOTO do Partido Social Democrata —————

———Votamos contra porque já está prevista alteração para o início do ano”. —————

———O membro António Jorge Ribeiro de Figueiredo socorreu-se do regimento para fazer uma interpelação à mesa: —————

———“Socorrendo-me do Regimento, queria dizer que na alínea 1, cada membro da Assembleia tem direito a fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação. E não foi exatamente isso a que acabámos de assistir.” —————

———A Presidente da Assembleia concedeu uma pausa de cinco minutos nos trabalhos. -

———Retomou os trabalhos para analisar o ponto seguinte da ordem do dia: —————

———4.3. **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** —————

———FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis. —————

——— *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. —————

———A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de análise deste ponto, abrindo inscrições. —————



———*António Manuel Vicente Marques* – Usou a palavra para informar que iriam votar favoravelmente os pontos quatro ponto três, quatro ponto quatro e quatro ponto cinco, pois sempre que achavam que uma proposta seria válida, seria esse o seu sentido de voto. Referindo-se ao IMI, fez uma declaração de interesse e afirmou que se deveria começar a pensar melhor nesta questão pois ter terras e imóveis é um direito, mas dever-se-ia tratar de forma diferente quem dá um tratamento útil a esses bens e quem os abandona. Defendeu um agravamento para quem os deixa ao abandono comprometendo, muitas vezes, a segurança de outros, e uma bonificação para quem os cuida e cria postos de trabalho e rendimento dentro do Concelho. Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem defendeu uma revisão em alta pois reflete-se em empresas que ganham muito dinheiro e precisam de continuar a passar no Concelho e a verdade é que, apesar de usarem cada vez menos os telefones fixos, essas linhas são usadas para a fibra ótica. Defendeu, por isso, a tributação de empresas altamente tecnológicas alegando que deveriam pagar aquilo que lhes seria devido na proporção do que pagam os outros.—————

———*Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para se manifestar plenamente de acordo com o que foi dito pelo interveniente anterior sugerindo que no ano seguinte houvesse uma tomada de decisão que tivesse em conta o que foi afirmado.—————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dizer que, no próximo ano, iriam ter em conta as sugestões dos intervenientes e informou que, em relação às Taxas Municipais de Direitos de Passagem, a percentagem proposta e aprovada era a máxima legalmente definida.—————

———Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.—————

———Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a

Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à fixação das taxas do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, nos seguintes termos: _____

_____ a) Fixação da taxa da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, em zero vírgula três por cento (no intervalo de zero vírgula três a zero vírgula quarenta e cinco por cento); _____

_____ b) Minoração em dez por cento a percentagem estabelecida, na área territorial do município, como medida de combate à desertificação, nos termos do número seis do artigo atrás citado; _____

_____ c) Redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo com dependentes a cargo, nos termos do artigo centésimo décimo segundo traço A do CIMI nos seguintes termos: um dependente – vinte euros; dois dependentes – quarenta euros; três ou mais dependentes – setenta euros. _____

_____ 4.4. **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS** _____

_____ PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta referente à participação variável no IRS – definição da percentagem a que alude o artigo vigésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente





distribuída. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à definição e fixação da percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo septuagésimo oitavo do Código do IRS. _____

_____4.5. **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM** _____

_____FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004. DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta referente à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), nos termos da Lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de fevereiro. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. _____

———A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra.———

———De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.———

———Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à fixação da percentagem de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, no âmbito das disposições da Lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de fevereiro. ——

———4.6. **ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO**———

———4.6.1. EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta referente aos Encargos Orçamentais em Mais de um Ano Económico – Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços – Encargos Orçamentais em mais de um ano económico. Pedido de Autorização à Assembleia Municipal.———

———*Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para referir que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída.———

———A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra.———

realizar as duas estações de tratamento num único ano. Na sequência disso informou que tinha sido estabelecido com a AINTAR que, em dois mil e vinte e dois, serão garantidos setecentos mil euros ficando o restante para o ano seguinte, apesar de estar previsto que as obras fiquem concluídas até junho de dois mil e vinte e três. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar e ratificar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, autorizando a realização de despesas que, necessariamente, dão lugar a encargos orçamentais nos anos económicos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, referentes à transferência de verbas para a AINTAR – Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, no âmbito do concurso POSEUR 12-2017-15, com fundamento no número seis do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho e da alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso). _____

_____Em consequência, e tendo em conta o montante total de €1 823 445,00 (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros) será alocado nos seguintes termos: _____

_____Ano de dois mil e vinte e dois - €700 000,00 (setecentos mil euros); _____

_____Ano de dois mil e vinte e três €1 123 445,00 (um milhão, cento e vinte e três mil,



quatrocentos e quarenta e cinco euros).

4.7. **ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS**

ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta referente às Isenções/Reduções em Matérias de tributos Próprios.

Presidente da Câmara Municipal – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior.

O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra.

De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.

Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente às isenções/reduções em matéria de tributos próprios para vigorar no ano de dois mil e vinte e dois.

4.8. **ORUS – OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA SIMPLES**

OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA SIMPLES DE CABANAS DE VIRIATO, OLIVEIRA DO CONDE, BEIJÓS, FIAIS DA TELHA, PAPÍZIOS E PARADA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta

referente às ORUS – Operações de Reabilitação Urbana Simples de Cabanas de Viriato, Oliveira do Conde, Beijós, Fiais da Telha, Papízios e Parada. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para esclarecer que a proposta era no sentido de serem implementados instrumentos, no âmbito da reabilitação urbana, que iriam permitir a prorrogação dos benefícios fiscais e incentivos municipais, decorrentes da aprovação das Operações de Reabilitação Urbana Simples. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____ De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente às Operações Simples de Reabilitação Urbana de Cabanas de Viriato, Oliveira do Conde, Beijós, Fiais da Telha, Papízios e Parada, com os benefícios fiscais inerentes e no âmbito do respetivo quadro normativo, relacionados, nomeadamente, com o Imposto Sobre o Valor Acrescentado, Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas e Imposto Municipal Sobre Imóveis e com os incentivos/apoios municipais, nos seguintes termos: _____

_____ A – **Procedimentos** _____

_____ 1 – Atendimento personalizado a proprietários para encaminhamento e apoio às candidaturas. _____

_____ 2 – Agilização dos processos e procedimentos, nomeadamente simplificação burocrática e maior celeridade na apreciação dos projetos. _____



———3 – Promoção e apoio na candidatura/aplicação de apoios comunitários do Portugal 2020 e à criação de fundos de desenvolvimento urbano. —————

———B – **Reduções** —————

———Redução de 50% (cinquenta por cento) das taxas previstas referentes à comparticipação na realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais. —————

———C – **Isenções** —————

———1 – Isenção de apresentação de projetos de ocupação de espaço público e isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público durante as obras de conservação. —————

———2 – Isenção de taxa de licenciamento/admissão de comunicação prévia da execução de operações urbanísticas. —————

———3 – Isenção de taxas devidas pela realização de vistorias, exceto as devidas pelas inspeções a ascensores. —————

———4 – Isenção de taxas devidas pela autorização de utilização, exceto estabelecimentos de restauração e ou bebidas com ou sem espaço de dança. —————

———D – **Comparticipações** —————

———1 – Comparticipação de €100 (cem euros) mensais de subsídio de renda pelo prazo máximo de 6 (seis) meses e por fração que comprovadamente necessite, pela natureza das obras a realizar no prédio, de realojamento temporário. —————

———2 – Comparticipação financeira adicional de 20% (vinte por cento) na parte não apoiada nas candidaturas ao Programa Porta 65 (a instruir de acordo com a alínea a) do artigo 13.º do Decreto-lei n.º 43/2010 de 30 de abril), em imóveis que tenham sido intervencionados no âmbito do processo de regeneração urbana. —————

———3 – Comparticipação de €2500 (dois mil e quinhentos euros) em materiais de construção a pessoas residentes no concelho que comprovadamente não sejam

possuidoras de habitação própria e permanente e que adquiram um imóvel para regeneração dentro das áreas de reabilitação urbana, que comprovadamente se destine a esse fim (habitação própria e permanente). _____

———4 – Comparticipação de €2500 (dois mil e quinhentos euros) em materiais de construção a pessoas não residentes no concelho que adquiram um imóvel para regeneração dentro das áreas de reabilitação urbana, e que comprovadamente se destine a habitação própria e permanente. _____

———E – **Outros Incentivos** _____

———1 – Caso venha a vigorar, isenção de Taxa Municipal de Derrama, às empresas com sede em Carregal do Sal, cujo objeto social se destine a obras de reabilitação urbana e o lucro tributável resulte da atividade na ARU – Área de Reabilitação Urbana; _____

———2 – Caso venha a vigorar, isenção da Taxa Municipal de Derrama, as empresas com atividade turística e com sede em Carregal do Sal cujo lucro tributável resulte da atividade na ARU – Área de Reabilitação Urbana. _____

———F – **Prazo de validade** _____

———O prazo de validade destas medidas de incentivo, acompanhará o prazo de vigência da ORU – Operações Simples de Reabilitação Urbana de Cabanas de Viriato, Oliveira do Conde, Beijós, Fiais da Telha, Papízios e Parada, que é de quinze anos. _____

———4.9. ***TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS*** _____

———DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO. AÇÃO SOCIAL. PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS A PARTIR DE 1 DE ABRIL DE 2022. ANÁLISE E RATIFICAÇÃO. _____

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta referente à transferência de Competências, no âmbito do Decreto-Lei número cinquenta e

decisões sobre essa atribuição aos agregados familiares do Concelho, uma parte desse trabalho era garantida por uma empresa sediada em Tondela e a outra metade era realizada por técnicos dos serviços da Segurança Social, da Loja de Cidadão de Carregal do Sal. Perante esta situação, terá de ser alocada uma verba para estes serviços técnicos e, sendo assim, para além da verba já alocada à equipa atual, teriam de alocar outra parte a outra equipa, sendo que, para o efeito, apenas foram atribuídos vinte e dois mil euros à Câmara Municipal, o que, disse, era claramente insuficiente. Face à situação informou que tinham reunido para garantirem parcerias designadamente com a Câmara Municipal de Santa Comba Dão e a entidade VÁRIOS. _____

_____ Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ Abstenções – 8 (oito) votos; _____

_____ A favor – 12 (doze) votos. _____

_____ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar e ratificar por maioria, com oito abstenções dos membros António Manuel Vicente Marques, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Paula Maria Correia Soares, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira e António Manuel Lopes Batista e doze a votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, António Manuel Almeida Figueiredo, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira



Bastos e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à aceitação da transferência de competências no domínio da Ação Social, nos termos e efeitos do Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto, a partir de um de abril de dois mil e vinte e dois. _____

_____4.10. **OBRAS OU REPARAÇÕES POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA** _____

_____PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DE OBRAS OU REPARAÇÕES DE VALOR ATÉ €300 000,00 – D.L. N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta referente a Obras ou Reparações por Administração Direta. Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para a execução, por administração direta, de obras ou reparações de valor até trezentos mil euros, conforme Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Catalino Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era no sentido de manter os valores do ano anterior. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de análise deste ponto, abrindo inscrições. _____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou da palavra para referir que seria lógico, legítimo e desejável que se obtivessem esclarecimentos no sentido de que a votação fosse conscienciosa por parte de cada deputado municipal, pelo que tinha dificuldade em perceber que o esclarecimento sobre o ponto em análise fosse tentado ser obtido no decorrer da própria Assembleia. Assim, sugeriu que doravante esses esclarecimentos

fossem pedidos aos serviços antecipadamente antes da realização das sessões da Assembleia.

De seguida, foi colocado em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.

Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta e pedido de autorização apresentados pela Câmara Municipal, referentes à execução, por administração direta, de obras ou reparações de valor até trezentos mil euros, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho.

4.11. **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar explicações acerca do assunto em apreço, salientando que o que era pretendido tinha a ver com a oportunidade da constituição do Conselho Municipal de Segurança de Carregal do Sal. O passo seguinte será a elaboração e aprovação do respetivo Regulamento.

A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra.

De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.

Assim face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a





Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a constituição do Conselho Municipal de Segurança de Carregal do Sal. _____

_____ **5. PROVIDOR DO MUNÍCIPE** _____

_____ PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ELEIÇÃO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE –
ARTIGO 18.º DO RESPETIVO REGULAMENTO. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação da Proposta referente à Eleição do Provedor do Município. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Paulo Catalino Ferraz, usou da palavra para fundamentar a importância desta figura mediadora no Conselho pois constituía mais um elemento a quem os munícipes poderiam recorrer para garantirem a defesa e a prossecução dos seus direitos e interesses legítimos perante os órgãos e serviços, pelo que contribuiria para aprimorar o trabalho do Executivo Camarário. Justificou a escolha do Dr. Carlos Jorge Morgado Gomes para o cargo em questão, explanando as respetivas qualidades pessoais e profissionais que dignificariam o desempenho das funções inerentes ao cargo. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de análise deste ponto, abrindo inscrições. _____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou da palavra para endereçar os parabéns ao Executivo Camarário pela escolha da pessoa proposta, defendendo que tal constituiria um garante de missão cumprida pois o Dr. Carlos Jorge Morgado Gomes tinha os conhecimentos e experiência necessários para exercer o honroso cargo com total isenção, caso fosse aprovado. _____

_____ *António Manuel Vicente Marques* – Usou da palavra para felicitar o Executivo Camarário pela escolha efetuada pois tratava-se de uma pessoa que reunia os requisitos

para desempenhar com isenção essas funções sublinhando que era uma pessoa em quem todos se reviam do ponto da vista da inquestionável atitude de seriedade, pelo que iria votar favoravelmente.

De seguida, foi colocado em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.

Assim, face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou eleger por unanimidade o Provedor do Município, Dr. Carlos Jorge Morgado Gomes.

6. REPRESENTAÇÕES

6.1. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO.

A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar explicações acerca da eleição, por escrutínio secreto, de Presidente de Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, referindo que aceitava propostas.

Foi apresentada uma proposta que indicava o Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, Carlos Alexandre Pais Baptista como representante naquele órgão.

De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado:

A favor – 15 (quinze) votos;

Contra – 0 (zero) votos;

Branco – 5 (cinco) votos.

Assim, face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou eleger por





maioria, com quinze votos a favor e cinco votos em branco, o Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, Carlos Alexandre Pais Baptista, em representação das Freguesias do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação. _____

_____6.2. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA. _____

_____A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar explicações acerca da eleição, por escrutínio secreto, de representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, referindo que aceitava propostas. _____

_____Foram apresentadas duas propostas, nos seguintes termos: _____

_____Proposta um – Apresentada pela bancada do Partido Socialista que propunha Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, designada por Lista A; _____

_____Proposta dois – Apresentada pela bancada do movimento Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal, que propunha António Marques da Costa Pinto, designada por Lista B. _____

_____De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: _____

_____Lista A – 11 (onze) votos; _____

_____Lista B – 9 (nove) votos. _____

_____Assim, face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou eleger por maioria com onze votos a favor de Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde (Lista A), representante das Juntas de Freguesia, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. O Presidente da Junta de Freguesia de Carregal do Sal, António Marques da Costa Pinto (Lista B) obteve nove

votos. —————

—————6.3. COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS.
ELEIÇÃO DE ATÉ DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO.—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar explicações acerca da eleição, por escrutínio secreto, de até dois representantes das Freguesias do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, referindo que aceitava propostas.—————

—————Foram apresentadas duas propostas, nos seguintes termos:—————

—————Proposta um – Apresentada pela bancada do Partido Socialista, que propunha Adelino Morgado Carneiro e Nuno Miguel Pais Seabra, e designada por Lista A;—————

————— Proposta dois – Apresentada pela bancada do movimento Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal, que propunha António Marques da Costa Pinto, designada por Lista B.—————

—————De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado:—

—————Lista A – 11 (onze) votos;—————

—————Lista B – 9 (nove) votos.—————

—————Atendendo a que, no caso, poderiam ser eleitas até duas pessoas, a Assembleia Municipal, deliberou que iria respeitar o método de hondt.—————

—————Assim, face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou eleger Adelino Morgado Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Parada (Lista A – onze votos a favor) e António Marques da Costa Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Carregal do Sal (Lista B – nove votos a favor), representantes das Freguesias do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. —————





———6.4. CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL.
ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA.———

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar explicações acerca da eleição, por escrutínio secreto, de autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, referindo que aceitava propostas.———

———Foi apresentada uma proposta que indicava o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, como representante naquele órgão.———

———De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado:———

———A favor – 12 (doze) votos;———

———Contra – 0 (zero) votos;———

———Branco – 8 (oito) votos.———

———Assim, face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou eleger por maioria com doze votos a favor e oito votos em branco, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde, na qualidade de autarca de Freguesia, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.———

———7. ATRIBUIÇÃO DO NOME DE ARISTIDES DE SOUSA MENDES AO SALÃO NOBRE
DOS PAÇOS DO CONCELHO.———

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para esclarecer que, uma vez que a proposta tinha sido lida no início da sessão aquando da votação deste aditamento, declarava aberto o período de análise deste ponto, abrindo

inscrições.

———*Paula Maria Correia Soares* – Após apresentação de cumprimentos, usou da palavra para referir que a bancada não percebia o porquê desta proposta, uma vez que entendia que não era dessa forma que se homenageava um homem daquela envergadura. Afirmou que a bancada do Partido Social Democrata iria, por isso, votar contra, apresentando a seguinte declaração de voto.

———“DECLARAÇÃO DE VOTO

———Estimadas Senhoras, Caros Senhores

———O Salão Nobre é e será sempre um salão identitário deste Concelho e de todo o património edificado, e de todo o património natural e também de todos os produtos endógenos que nos são característicos.

———Concordaríamos, sim, se fosse criado um plano de visibilidade de homenagem que enaltecesse Cabanas de Viriato como a terra de Aristides de Sousa Mendes e fosse comunicada um destino que faz parte deste Concelho.

———O Concelho de Carregal do Sal possui aquilo que mais nenhum lugar deste País tem – a sua terra natal.

———Assim sendo, porque é que não vamos fazer deste lugar, de Cabanas de Viriato, o lugar de todas as homenagens, e com isto, começamos a contruir o *branding* territorial.

———Se nos permitir, senhor Presidente da Câmara, nós podemos apresentar uma proposta deste nível, que lhe faremos chegar.”

———Terminou, desejando a todos, um Feliz Natal.

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, para que, entendendo, pudesse intervir.

———*Presidente da Câmara Municipal* – Não obstante a proposta que pudesse vir a ser apresentada, afirmou que em nada “beliscava” a proposta da Câmara Municipal, pelo que a





mantinham, pois Aristides de Sousa Mendes era um homem do Mundo, e não só de Cabanas de Viriato, pelo que ficaria para sempre como um humanista cujo ato heroico dignificava o ser humano. Salvaguardou que continuavam abertos a outras iniciativas que engrandecessem ainda mais o nome do Cônsul, em Cabanas de Viriato ou outro local do Concelho.

—Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado:

—Contra – 4 (quatro) votos;

—Abstenções – 5 (cinco) votos;

—A favor – 11 (onze) votos.

—Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com quatro votos contra de Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Nuno Miguel Dias Marques, Paula Maria Correia Soares e António Manuel Lopes Batista, cinco abstenções de António Manuel Vicente Marques, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira e António Marques da Costa Pinto e onze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, António Manuel Almeida Figueiredo, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro, a proposta da Câmara Municipal de atribuição do nome de Aristides de Sousa Mendes ao Salão Nobre dos Paços do Concelho.

—**8. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

—ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

——— *Miguel Borges Mamede* – Apresentou cumprimentos. Começou por solicitar à Câmara Municipal que disponibilizasse, em termos informativos, o *link* da Assembleia nas redes sociais e aplicação do Município. Referiu-se, depois, ao horário de intervenção do público, que considerava tardio, solicitando para que a situação fosse revista. Reportando-se à Educação, e na qualidade de encarregado de educação, afirmou existirem questões que o preocupavam, designadamente a testagem do pessoal docente e não docente e a desinfeção dos espaços, que, entendia, deveria ser feita uma vez por mês. Afirmou que já tinha demonstrado essa preocupação ao Agrupamento de Escolas, por *email*, mas como não tinha obtido qualquer resposta, solicitava os bons ofícios da Câmara Municipal nesse sentido. A propósito afirmou ter assistido à entrada de pessoas externas à Escola, tais como fornecedores, que entram e saem da Escola sem serem sujeitas a controlo de temperatura ou higienização das mãos, por exemplo. Chamou a atenção para o que considerava serem decisões polémicas da Saúde 24 ou do Delegado de Saúde pois viam-se pais, cujos filhos estavam infetados, a circularem livremente. Apresentou a sua insatisfação pelo facto de, perante a greve dos prestadores de serviços da cantina escolar, os pais não terem sido previamente avisados o que provocou constrangimentos em muitas famílias. Referiu-se, ainda, ao projeto Carregal Educa que, de forma geral, considerava louvável, mas que não estava a corresponder às necessidades existentes no que dizia respeito, por exemplo, à terapia da fala que estava a ser garantida em horário de aulas efetivas. Sugeriu que se revisse essa questão e se tentasse torná-lo mais abrangente. No âmbito da intervenção sobre a área da Educação, referiu-se ao facto de as crianças, aquando do acolhimento e prolongamento de horário nos estabelecimentos escolares, serem colocados numa sala com alunos de mais turmas, o que contrariava as medidas implementadas no recreio, e onde não existiam cadeiras, nem bancos. Aludiu, de seguida, às dificuldades contínuas de se contactar o Centro de Saúde local, à inexistência de



acompanhamento a doentes crónicos e casos positivos de COVID dezanove e ausência de médicos de família. Questionou o executivo sobre as medidas que pensava implementar para dinamizar o comércio local alegando que inclusive, faltava iluminação de Natal que, entendia, poderia dar outra visibilidade às montras concelhias e estimular esse comércio. Por último, referiu-se à Avenida Doutor José Augusto Capelo para recordar que tinha sido aprovada a limitação de estacionamento, em termos de horários, e a criação de lugares de estacionamento para deficientes, decisões que, entretanto, tinham sido anuladas. Sublinhou que já tinham dado conta dessas preocupações à Comissão de Trânsito e continuavam a aguardar resposta. Terminou desejando um bom Natal a todos e respetivas famílias.

——— *Paulo Alexandre Dias Vilareto* – Apresentou cumprimentos. Felicitou o Executivo Camarário por considerar no Orçamento uma parcela que garantia a possibilidade de investir na memória de Aristides de Sousa Mendes e na Casa do Passal e estranhou intervenções anteriores em que tinha sido criticado o facto de não haver investimentos previstos para as Freguesias do Concelho. Considerou essas intervenções incoerentes pois Aristides de Sousa Mendes é um homem do Concelho e, acima de tudo, do Mundo ao ponto de ter tido honras de Panteão Nacional. Concluiu que o investimento da Casa do Passal iria revolucionar por completo o Concelho, pelo que se tratava de um investimento benéfico para o Concelho.

——— *José Sousa Batista* – Apresentou cumprimentos. Começou por referir que estava preocupado, pois afirmar-se que nunca se tinha falado sobre o eventual encerramento do Jardim de Infância Angelina de Sousa Mendes, era uma falácia e acrescentou que muita gente do Concelho andava a sofrer alucinações, incluindo membros da Assembleia Municipal que tinham sido confrontados e tinham reunido com o antigo executivo versando o assunto em causa. Referiu-se depois à intervenção do membro António Jorge Ribeiro de

Figueiredo sobre a questão do Orçamento para afirmar ter ficado perplexo quando este disse que, quando se analisava uma situação, deveria estar-se na posse de todos os dados e que o Concelho de Carregal do Sal era aquele que recebia a verba mais baixa dos fundos atribuídos às Autarquias. Retorquiu que o anterior Executivo Camarário tinha passado oito anos a dizer que era urgente alterar essa situação e deixou o desafio ao Presidente da Câmara Municipal para que continuasse esse trabalho de exigência de alteração de critérios pois tratava-se de uma injustiça crassa de que sofria a nossa democracia. Explicou estas afirmações por entender que quem lia o documento do Orçamento pensava que a Câmara Municipal era uma Câmara limitada, mas as ações dos primeiros meses de gestão autárquica demonstravam o contrário: obras que foram feitas, admissão, legítima, do Chefe de Gabinete e do Adjunto. E questionou como era possível uma Câmara com dificuldades financeiras predispor-se a alicerçar nas competências da Educação, a necessidade e a justificação de um Adjunto quando a própria assunção de competências lhe iria dar o mesmo Adjunto sem mais encargos. Questionou depois a Vice-Presidente da Câmara Municipal e Vereadora da Educação quando visitaria o Jardim de Infância Angelina de Sousa Mendes e que elucidasse qual o grande trabalho que tinha em carteira que justificasse a necessidade de tais recursos humanos decorrente da assunção das novas competências. Em defesa da honra pessoal e do executivo anterior, disse ser falso que tinham trocado a heráldica do Concelho por uma pinha e explicou que aquilo que o executivo anterior tinha feito foi trocar o logótipo então existente em jeito de “e”. Voltando à questão do Orçamento, aludiu à expressão “contas rapadas” utilizada pelo membro da Assembleia Municipal, António Manuel Lopes Batista, numa das suas intervenções, para lamentar não ter escutado uma resposta concreta do senhor Presidente da Câmara. E concluiu que o Orçamento aprovado o enchia de orgulho pois era realista nalguns aspetos, mas ficou preocupado com as afirmações do Presidente quando disse que os encargos



assumidos impediram de fazer um orçamento mais ousado e deu o exemplo de um autocarro, que não foi pago. E justificou que o autocarro e outras obras, foram deixadas verbas, remetendo para o último jornal municipal Uvas e Romãs ou para o *blog* Farol da Nossa Terra, onde tinha sido publicado um artigo com a divulgação da situação financeira da Câmara Municipal. E acrescentou que o senhor Presidente tinha admitido, mais tarde naquela sessão, e com dificuldade, que afinal tinham sido deixadas verbas para esses encargos. E questionou se não concordava com esses encargos e, no caso tinha uma solução – retirá-los e justificar isso aos munícipes e afinal quais eram as empreitadas que tinham limitado efetivamente o Orçamento de dois mil e vinte e dois. Prosseguiu referindo que a questão do autocarro era colocar areia para os olhos pois não via diferença em receber em outubro, números arredondados, três milhões e quinhentos mil e o autocarro pago ou receber três milhões e oitocentos mil e ter de pagar o autocarro, considerando que, no cômputo geral, era a mesma coisa. Fez ainda um reparo relativamente às diferenças entre ARU e ORU que, sublinhou, contrariamente ao que o senhor Presidente tinha afirmado, não eram a mesma coisa; uma dependia da outra. Referindo-se ao Mapa de Pessoal lamentou que o senhor Presidente não tenha conseguido explicar a questão do número de trabalhadores pois parecia que o anterior executivo tinha mais trabalhadores e que, quase por milagre, o atual executivo tinha diminuído esse número. Por último, aludiu às atas das sessões para afirmar que, enquanto foi membro do executivo camarário anterior ouviu tantas críticas em relação ao atraso das mesmas e agora, apesar de tanta gente que tinha entrado para a Câmara, continuava tudo na mesma, pelo que não percebia a situação. Terminou desejando a todos um Bom Natal. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para, em defesa da honra, responder ao munícipe Paulo Vilareto afirmando que nunca esteve contra a obra da Casa do Passal e sempre defendeu essa causa. Esclareceu que o que tinha dito, e fê-lo no

contexto da rubrica do Orçamento, foi que seria bom que viesse verba para libertar fundos para outras obras, salvaguardando que a intervenção na Casa do Passal era, sem dúvida, uma mais-valia para o Concelho, para Portugal, para o Mundo. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder a questões suscitadas, se assim o entendesse. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder ao munícipe Miguel Mamede, referindo que se revia nalgumas das preocupações que tinham sido apresentadas em matéria de Educação, pelo que, com a Associação de Pais e o Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal tinham encontrado algumas soluções para os problemas descritos, o que exigiu uma grande intervenção da Câmara Municipal para que as coisas não tivessem contornos menos positivos no processo despoletado pela pandemia. Sugeriu a realização de uma reunião com essas instituições no sentido de se encontrarem mais soluções. Em relação à Saúde 24, e apesar de ser um assunto que não dizia diretamente respeito ao Município, afirmou que era solidário com as preocupações manifestadas e tinha consciência de que ainda havia muito a limar. Em relação ao acompanhamento no Centro de Saúde, confirmou que existia um médico que estava de baixa e por isso a solução imediata foi encontrar uma médica que garantisse vinte horas de trabalho no respetivo ficheiro, sendo que essa gestão cabia à coordenadora do Centro de Saúde salvaguardando que, enquanto Presidente da Câmara, não tinha legitimidade para atuar, mas tão só intermediar. Sobre a iluminação de Natal afirmou que foi uma opção do Município fazer algo diferente dos anos anteriores mas o que acabou por ser feito também não era o que a Câmara pretendia pois a empresa que executou essa iluminação tinha ficado muito aquém do que tinha sido acordado, o que levou a Câmara a dispensar parte das decorações previstas face ao *timing* em que a empresa as pretendia instalar. E disse que, no próximo ano, iriam tentar encontrar um modelo que possa satisfazer mais os



munícipes e impulsionar o comércio. Sobre a questão levantada pelo munícipe relativamente ao estacionamento na Avenida Dr. José Augusto Capelo, informou que iria inteirar-se da situação. _____

_____Respondeu, depois, ao munícipe José Sousa Batista. Disse que percebia a preocupação em relação a grande parte das questões e sentia que já tinha respondido a muitos desses comentários e, por isso, estava disponível para esclarecer tudo o que houvesse para esclarecer, mas não para defender perspectivas diferentes. Relativamente às nomeações para Chefe de Gabinete e Adjunto, reiterou que era uma decisão pessoal e estava disponível para, daí a quatro anos, perceber se tinha sido ou não uma excelente medida e, se entretanto percebesse que algo tinha de ser mudado, assim faria. Sobre o Mapa de Pessoal respondeu que tinha sido preparado em reunião com os serviços, pelo que o que foi apresentado, foram dados factuais. Quanto às atas, considerou que o recado não era para ele pois nunca se tinha pronunciado sobre isso nas sessões em que participou como deputado municipal. Referiu-se ainda ao símbolo e ao brasão para esclarecer que o executivo sentia que existia um destaque desproporcional entre os dois e, por isso entenderam dar um maior destaque ao brasão, sem descurar a importância da pinha. Acrescentou que Carregal do Sal era o Concelho que movimentava mais dinheiro em termos de produção de vinho do Dão e, como tal, o executivo entendia que esta era uma área que devia ser salvaguardada em termos de simbologia. Terminou com a garantia de que o executivo iria honrar todas as responsabilidades assumidas em relação à pinha. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Azevedo da Silva, para reiterar a preocupação da Câmara e démarches desenvolvidas em relação às preocupações relacionadas com a Educação, apresentadas pelo munícipe Miguel Mamede e acrescentar que, relativamente à greve dos prestadores de serviços nas cantinas escolares, tinham contactado a empresa solicitando-

lhes que futuramente comunicassem os pré-avisos de greve à Câmara Municipal e ao Agrupamento de Escolas. Dirigindo-se ao munícipe José Sousa Batista, respondeu que solicitou ao Vereador José Dias Batista que visitasse o Jardim de Infância Angelina de Sousa Mendes, em sua representação, no mesmo dia em que ela própria visitou a Escola Básica Integrada Aristides de Sousa Mendes pois, como sabia, em dois meses, não se conseguia ir a todo o lado. E reiterou que o Jardim tinha sido visitado. Acerca da questão sobre o Adjunto, afirmou não responder pois essa questão já tinha sido respondida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO, DO ANEXO I, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria proceder à leitura da minuta das deliberações dos pontos quatro (um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze), cinco, seis e sete. _____

_____ Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída pelos membros Cilene Gomes Lindinho, António Manuel Vicente Marques, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Paula Maria Correia Soares, António Manuel Almeida Figueiredo, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Rui Manuel Mendes Lopes, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. _____



9

Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO.

Esgotada a ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu por encerrada a sessão quando era uma hora e trinta minutos do dia vinte e três de dezembro.

E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

A Presidente da Assembleia Municipal,

Cilene Gomes Lindinho

Cilene Gomes Lindinho.

A Primeira Secretária,

Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa

Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa.

O Segundo Secretário,

Tiago André Pereira Afonso

Tiago André Pereira Afonso.

